



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

CIDADCIDADE CONTEMPORÂNEA: A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS

Nádia Sampaio*

RESUMO

É visível o processo de envelhecimento populacional, o que torna indispensável uma leitura que objetiva compreender como os idosos tem percebido e apreendido a cidade contemporânea, avaliando a forma e conteúdo da mesma com suas contradições e complexificação, pois essa sempre foi orientada para o trabalho e a produção, modelo no qual a população idosa precisa ajustar-se. Para tanto, examinou-se as leis tais como Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, a Lei 969/99 que estabeleceu o Conselho Municipal e os programas voltados para a “Terceira Idade” em Vitória da Conquista esses tais se constituem importantes instrumentos socializadores a fim de inserir o idoso na realidade possível da vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE:Cidade, Percepção, Idoso.

INTRODUÇÃO

A CIDADE

É comum pensar a cidade como um espaço materializado dos ideais e necessidades de moradias do homem urbano. No entanto, é fundamental alargar o conceito de cidade, não apenas como funcionalidade, mas e, sobretudo, como um cenário privilegiado que indica a possibilidade da realização da vida humana. Um local de convivência dos indivíduos e os grupos sociais. Ainda ao considerá-la recheada de suas ambiguidades, encontram-se aqueles que são congregados e segregados das mais variadas formas. Assim, torna-se essencial uma apreensão da mesma baseando-se em uma visão dialética de seus constituintes. Para Carlos (2007, p.21):



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam em um território real e concreto que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz /reproduz um espaço através da prática socioespacial.

Nesse contexto, os cidadãos constroem cotidianamente a expressão exata da sociedade que se revela no tempo histórico de transformação e reformulação dos lugares em que habitam, sejam estes um lugarejo ou uma metrópole. Não há como analisar uma sociedade dissociada do lugar onde habita e do seu momento histórico. É imprescindível a leitura do espaço urbano como resultado das manifestações, das transformações sociais de uma maneira geral considerando os aspectos econômicos, tecnológicos, políticos e culturais que se aplicam na efetivação do labor diário, sendo que o ambiente urbano se constitui como “referência básica para a vida cotidiana da maior parte das pessoas”. (CAVALCANTI, 2001, p.22).

Quanto à constituição física das cidades, notam-se suas contradições e complexificação, uma vez que, é perceptível na paisagem urbana os contrastes estruturantes da existência diária. São baseados, sobretudo, nas divisões entre as classes sociais e nos padrões econômicos, sob égide do capitalismo. “A produção do espaço urbano é feita a partir da racionalidade capitalista”. (CAVALCANTI, 2001, p.17). Em função desse tipo de produção, os ambientes urbanos são construídos e modificados visando atender aos tempos e “espaços da rapidez”, como bem elucidada Santos (2006, p.263):

Os espaços de rapidez são, do ponto de vista material, dotados de maior número de vias (e vias de boas qualidade), de mais veículos privados (e de veículos mais modernos e velozes), de mais transportes públicos (com horários mais frequentes), convenientes e precisos e também mais baratos.



Delimita-se a cidade como o centro da produção, da divisão espacial do trabalho, consumo, serviços, dos trabalhadores, do ritmo acelerado, comunicação e transportes como sustentadores da rede urbana, circulação imediata a fim de viabilizar o processo produtivo. São transformações comuns dentro das cidades que proporcionam aos espaços uma modernização e ao mesmo tempo a criação de lugares considerados hostis para determinados moradores ou grupos sociais. Esses avaliam alguns locais como espaços indiferentes, inóspitos, pois não os “abrigam” como lócus da expressão socioespacial.

A inovação tecnológica em sua época nunca se preocupou de fato em aliviar a carga de trabalho ou tornar mais fácil a vida de todos. O que a interessava era obter lucros e impor a populações inteiras comportamentos que se assemelhavam a ciborgues (apêndices humanos de máquinas tanto no local de trabalho como, o que é mais insidioso, em casa). Ela impunha aos níveis de estresse um aumento supremo por meio de sua busca incessante da aceleração e da intensificação. O objetivo dessa inovação tecnológica não era emancipar pessoas de anseios, pressões e necessidades. As perspectivas de humanização das relações técnicas estavam excluídas das possibilidades concebíveis. (HARVEY, 2004, p. 353)

Destarte, remete a indispensabilidade de considerar os aspectos simbólicos e representativos dos espaços urbanos, e para uma melhor compreensão, cabe recorrer à abordagem fenomenológica que permite focar o homem como sujeito, dotado de razão e, sobretudo, de sentimentos, valores e crença e abre um leque que dispõe de uma visão ampla que incita a investigar como as pessoas percebem e constroem o seu mundo vivido diante de um contexto específico. Em sua vertente fenomenológica, admite-se que as pessoas, as comunidades, os grupos sociais estão diretamente ligadas ao mundo, ao espaço geográfico, por meio de sua vivência e de seus sentidos, e proporciona uma percepção da realidade de formas diferenciadas uma das outras. Composto de experiências, aprendizados, sucessões de fatos que os fazem determinarem os vínculos, atribuírem significados, símbolos que norteiam condutas e comportamentos nos lugares em que suas vidas foram fixadas.



[...] a fenomenologia auxilia a obtenção de respostas no âmbito de fenômenos culturais, principalmente, quando elas transcorrem de mudanças culturais refletidas nas várias organizações do espaço. Nessa ciência é comum ver o espaço através das suas formas, funções, estruturas, processos, análises das relações de poder num território, ter afeição com um lugar. (BONJARDIM, 2009, p. 17)

Para analisar como os fenômenos e os objetos são percebidos, as considerações das imagens, dos consensos e/ou conflitos, as experiências passadas e atuais, o cotidiano revelador, os aspectos marcantes das paisagens e lugares e os significados; torna-se fundamental privilegiar a percepção. Para tanto é proposto um estudo conforme apresenta Emídio (2006, p.132):

Elementos inter-relacionados que podem ser reconhecidos e organizados numa composição coerente. São eles: Identidade: identificação do objeto, no sentido de individualidade ou particularidade, distinguindo-se de outras coisas. Estrutura: relação estrutural ou espacial do objeto com o observador e com outros elementos. Significado: relação quer prática, quer emocional que o objeto tem para com o observador.

Com isso, entende-se que o estudo dos processos relativos à percepção é essencial na tentativa de abarcar a inter-relação do ser humano com o ambiente de uma forma mais ampla, tanto no âmbito individual como comunitário, sem perder de vista suas expectativas, suas ações e suas considerações.

Então vejamos! O ambiente, ou “a complexidade ambiental”, encerra tanto um “objeto”, seja ele a natureza, os espaços naturais e os espaços construídos, mas, também e, sobretudo, as relações que se estabelecem no meio daquele “objeto”, isto é, a dinâmica e os processos de interdependência, sobredeterminação, exclusão, substituição, inclusão, eliminação que, em última instância, definem e delimitam seres e objetos, nesse ou naquele meio. (VARGAS, 2008, p.2)



Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem desse lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. Nesta acepção, a percepção ambiental é revelada mediante uma leitura semiótica da produção discursiva, artística, arquitetônica, por exemplo, de uma comunidade.

Ela é a experiência sensorial direta que em um dado instante se dá por meio de mecanismos perceptivos e principalmente cognitivos, e não um processo de recepção apenas informativa. Será então um recorte que se faz de um fenômeno sobre um dado concreto. “A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberativa; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”. (MERLEAU- POUNTY, 1999, p.6).

Del Rio (1996) aponta que cada um de nós possui uma visão de mundo, que não pode ser nunca objetiva, mas é composta por conjunto de realidades subjetivas, significativas, sistemas de valores e interpretações que dependem de uma série de fatores, sejam sociais ou inerentes ao próprio indivíduo. Portanto, os usos e os hábitos constituem a manifestação palpável do lugar, na mesma dimensão em que o lugar é também a revelação concreta do espaço. E, estes, reunidos, produzem a imagem do lugar, revestidas da paisagem que pode ser lida e relida por meio do dia-a-dia. Considera-se então, a percepção ambiental quando essa se constitui em uma operação determinada do homem em suas relações com o ambiente.

É condição da percepção ambiental, ou seja, gerar conhecimento a partir da informação retida, codificada nos usos e nos costumes. Percepção é informação na mesma medida em que informação gera informação. Usos e costumes são signos do lugar informado que só se revela na medida em que é submetido a uma operação que expõe a lógica de sua linguagem. A essa operação dá-se o nome de percepção ambiental. (FERRARA, 1993, p. 153)



“A percepção exerce o papel de unir e construir o cotidiano de cada um e desenvolver a aptidão com o intuito de contextualizar os saberes, de modo a produzir um pensamento no sentido em que situa acontecimento, informação e conhecimento em relação de inseparabilidade com o seu ambiente” (MORIN, 2004, p. 76). mesma é mediada pela experiência que constrói e produz possibilidades que configuram o próprio cotidiano, intermediado pelo desenvolvimento da percepção pessoal tanto quanto coletiva, bem como da união de sentimentos e pensamentos na amplidão da compreensão da realidade vivida que cada comunidade, cada indivíduo concebe.

Ao lado de toda essa dinâmica é também perceptível nas sociedades urbanas o processo de envelhecimento populacional, uma vez que o Brasil atravessa um momento de transição demográfica acentuada. Sendo necessário analisar a cidade contemporânea e o idoso que naturalmente tem um ritmo mais lento, mais calmo, maiores dificuldades de locomoção, aumento dos problemas de saúde em contrapondo com a realidade urbana que busca agilidade, rapidez, produção em alta escala, ou seja, modelo de cidade em que a população idosa precisa ajustar-se.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O IDOSO

O aumento da longevidade e as baixas taxas de fecundidade têm acarretado mudanças na pirâmide etária brasileira, onde a participação da população maior de 65 anos mais do que dobrou nos últimos 50 anos. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), o número estimado de idosos é de 23,5 milhões com 60 anos ou mais.

Apesar de o envelhecimento populacional representar, neste país, um fato recente, a população idosa brasileira é uma das maiores do mundo, em termos absolutos. Em poucos anos, ela deverá superar a marca de 30 milhões de pessoas. (MENDES & VALSECCHI, 2007, p. 99)

O processo de envelhecimento da população brasileira fica evidente nos anos 1990 como consequência da queda da taxa de fecundidade, esta que foi iniciada nos anos



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

1960, levando o país a um dos mais rápidos processos de envelhecimento populacional observável no atual conjunto dos países mais populosos do mundo. O aumento da longevidade deve ser reconhecido como uma conquista social. O avanço tecnológico, aliado a uma medicina cada vez mais especializada molda uma nova forma de envelhecer, aumentando a expectativa de vida entre homens e mulheres. No entanto, este novo cenário é visto com preocupação, pois exige do estado novas políticas públicas de disposições legais, onde as perspectivas concretas em termo de acesso aos espaços públicos e a própria cidade devem ser percebidas e garantidas, reconhecendo o idoso como sujeito político detentor de novos direitos.

O que significa ser velho no Brasil hoje? Sentir-se e ser visto como um indivíduo operativo, aceito, valorizado, integrado? Ou o inverso? Sentir-se e ser considerado de forma substancialmente diferente de crianças, jovens e adultos mais jovens? Ser avaliado e avaliar-se positivamente ou negativamente? Enfim, haveria uma resposta única a essa questão? (NERI, 1991, p.31)

O crescimento da população idosa, nos países em desenvolvimento, é veloz se comparada ao que ocorreu nos países desenvolvidos, que tiveram mais tempo para se preparar para o envelhecimento da população. Dentre os inúmeros desafios apresentados destaca-se o oferecimento de ambientes adequados às reais necessidades dos idosos, ou seja, indicar como a cidade deve se adequar a esta nova realidade, em forma e conteúdo, pois “tratar-se, que para o entendimento da natureza da cidade, de analisá-la a partir dos pontos de vista do cidadão de um lado e do capital de outro, enquanto unidade do diverso” (CARLOS, 2005, p.73), considerando este um imenso desafio ao perceber o despreparo das estruturas econômicas, sociais e políticas das cidades brasileiras para lidar com os impactos dessa transição demográfica.

Por exemplo, na esteira do que escreveu Henri Lefebvre, muito se fala do “direito à cidade”. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o



que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão. (SANTOS, 2007, p. 157-158)

É urgente lidar com a questão do envelhecimento populacional que nas últimas décadas do século XX retomou-se a valorização do idoso através de programas de inserção, de promoção da cidadania, autonomia e criação de leis. No Brasil criou-se a Política nacional do idoso (Lei nº 8842 de 04 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1948 de 3 de julho de 1996. “Foram estabelecidos princípios, diretrizes e competências, com o objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso e as condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. (FERNANDES, 2000, p.31).

No ano de 2003 mais precisamente em 1º de outubro é sancionada a Lei que estabelece o Estatuto do Idoso com todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade foram estabelecidas por lei, segundo consta no próprio estatuto. Esse instrumento legal conta com 118 artigos versando sobre diversas áreas dos direitos fundamentais e das necessidades de proteção dos idosos, visando reforçar as diretrizes contidas na Política Nacional do Idoso. É inevitável verificar que nas últimas duas décadas houve um avanço na questão do reconhecimento do envelhecimento populacional no que se refere à agenda internacional e nacional com relação às leis de proteção. No entanto, fica pendente a necessidade de que essas leis se façam valer no cotidiano dos idosos brasileiros.

É importante refletir em quem é o idoso? Uma vez que classificar um indivíduo como idoso ou não idoso pode levantar objeções do ponto de vista científico. Porém esta distinção torna-se necessário para a formulação das políticas que serão orientadas através de marcos ou características universais, observáveis entre os indivíduos, que permita classificá-los como pertencentes ou não a uma determinada categoria. Para o



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população de idosos representa um contingente de quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (8,6% da população brasileira). O censo de 2010 aponta que as mulheres são maioria, 8,9 milhões (62,4%) dos idosos são responsáveis pelos domicílios e têm, em média, 69 anos de idade e 3,4 anos de estudo. Com um rendimento médio de R\$ 657,00, o idoso ocupa, cada vez mais, um papel de destaque na sociedade brasileira.

Essa questão engloba a dimensão biológica, temporal e social, talvez a “solução para este enigma é entender que o envelhecimento é a perda progressiva da adaptabilidade, o que resulta em crescente vulnerabilidade”. (JEFEERY, 2001, p.26). Dessa forma, o conceito de idoso, do ponto de vista instrumental, envolve também finalidades de caráter social. Na classificação de um indivíduo como idoso por formuladores de políticas predominam tanto os objetivos relacionados à sua condição em determinado ponto do curso de vida orgânica, quanto os relacionados ao seu posicionamento em um ponto do ciclo de vida social.

PERCEPÇÃO DO IDOSO E A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O processo de envelhecimento populacional é registrado também na sociedade conquistense que segundo o IBGE no censo demográfico de 2000, (no senso de 2010 não foi contemplado essa projeção do envelhecimento para Vitória da Conquista) constatou o número total da população de 262.494 residentes, sendo que entre 60 a 64 anos o percentual de 2,6% e entre 65 ou mais o percentual é de 5,4%, o que demonstra claramente a longevidade alcançada pelos idosos. Esses dados reafirmam a necessidade de ler a cidade como um fenômeno dinâmico e em constante processo de constituição, pois o contexto societário em que a sociedade brasileira tem edificado as relações sociais, não mais permite separar o curso da vida a partir da criança, do jovem, do adulto e do velho. É necessário estabelecermos uma sociedade intergerencial, onde todos os



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

membros da mesma sintam-se coparticipantes de suas estruturas econômicas, política e sociais.

Em 04 de junho de 1999 foi criado o Conselho Municipal do Idoso- Lei nº 969/99 que destaca assegurar os direitos sociais do idoso promovendo autonomia, integração e participação ativa na sociedade, considerando como idosos os maiores de 60 anos. A indicação proposta nesta Lei é de um entendimento em todos os aspectos da vida do idoso. Nesta perspectiva, tem-se destacado dois programas de atenção ao idoso, especificado com programas voltado para a “Terceira Idade” em Vitória da Conquista.

O programa de cunho Nacional do Serviço Social do Comércio- SESC intitulado *Sempre Viva* que atua há mais de 10(dez) anos nessa cidade, e o projeto *Vivendo a Terceira Idade* que faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista são abertos ao público a partir dos 55(cinquenta e cinco) anos de idade. O nível de escolaridade dos idosos que estão cadastrados neste programa é bastante diversificado, pois abrange os analfabetos até os idosos com cursos superior concluídos, e idosos que se sentiram estimulados a voltar aos bancos escolares. Na sua maioria são viúvos e/ou moram sozinhos ou com acompanhantes, pois seus filhos geralmente são casados e/ ou residem em cidades distantes. Uma característica observada é o alto número de idosas que fazem parte do programa, o que parece indicar a facilidade de socialização do sexo feminino após os 60 anos.

Nos programas voltados para atender a população idosa apresentam-se características que atestam o processo de acelerado envelhecimento populacional o qual tem se manifestado nas cidades brasileiras, indicando que os fatores como a baixa fecundidade e a longevidade tem sido responsáveis pelo processo descrito acima. Foi comum observar uma concentração da população idosa nas áreas urbanas nas cidades brasileiras. A proporção de idosos do sexo feminino nessas áreas vem aumentando em um ritmo maior do que a população masculina, atestando o fato de uma feminização da velhice, bem como o fenômeno conhecido como “ninhos vazios”, e o crescimento das



famílias unipessoais, ou seja, de idosos morando a sós, e em outros momentos com acompanhantes.

Diante deste quadro, abre-se um leque de questionamentos quanto à percepção da cidade, pois se notam nas falas dos idosos como eles tem sido “impedido” de usufruto da cidade que eles mesmos participaram de sua constituição, quando afirmam: *em “Vitória da Conquista não consigo mais andar, pois o trânsito é muito rápido e nós somos lentos ou parece que a cidade não pertence a nós, ela é feita para os mais novos”, “quase não saio mais de casa, pois como não sei ler, às vezes não entendo como posso ir e vir sem medo”*. Essas vozes indicam a leitura da cidade, tanto na sua realidade material como imaterial, da impossibilidade da mobilidade e da acessibilidade locais e a negação do direito à cidade. Notam-se ruas esburacadas, barreiras arquitetônicas, áreas inadequadas para atender as especificidades dos idosos. *“Nós não podemos ficar nas praças porque é perigoso, não tem segurança como antigamente”, “não existem mais clubes para dançar, e agora tudo é pago, até mesmo para divertir”*.

“Até para atravessar a rua precisamos de ajuda, pois não entendo o sinal de trânsito e na faixa tenho medo de passar”. *“Parece que nunca conheci Conquista, pois está muito diferente”*. Os passeios no final da tarde que eram comuns entre os idosos entrevistados, já não podem mais serem repetidos, pois a violência é recorrente, *“ninguém mais passeia de tardezinha, pois os bandidos ficam esperando a gente passar para assaltar”*. Dessa maneira, pode-se inferir que os espaços públicos cujo propósito seja reunir pessoas, propiciar a socialização entre cidadãos, já não tem mais essa função ou não há lugares considerados seguros para tal prática. A cidade na velhice é apresentada apenas como uma memória de uma vida que não pode ser repetida no presente, eles tendem a ficar isolados em suas residências e tem nos projetos sociais uma maneira de reencontrar a liberdade de expressão, de vivência negada nos centros urbanos.



CONCLUSÕES

Assegurar o direito à cidade neste processo de transição demográfica é um dos desafios para o futuro próximo. E o processo de produção, apropriação e consumo do espaço pela sociedade inclui diretamente a população idosa neste contexto. Assim, o exercício do direito à cidade enfoca as necessidades dos idosos, uma vez que a estruturação urbana da cidade de Vitória da Conquista interfere concretamente no cotidiano dos cidadãos que usufruem da cidade. A cidade como cenário da vida e do encontro, das pessoas e suas atividades, a presença do idoso nas diferentes cenas e atos do dia-a-dia depende de uma série de elementos específicos na estruturação e desenho do urbano, ou seja, assegurar a inserção das suas especificidades, destacando a necessidade do oferecimento de ambientes mais adequados às reais carências dos idosos conquistenses.

Examinando as Leis de Proteção aos Idosos e os programas de apoio à chamada “Terceira Idade” existentes nesta cidade e, bem como a análise da percepção encontrada nas entrevistas realizadas, buscou-se compreender como o espaço urbano está posto e as novas possibilidades que vislumbre atender as especificidades da população que envelhece e que tem uma expectativa de vida cada vez maior e melhor. Alertando que para as possíveis soluções apontadas no processo de reavaliação da própria cidade, esta deve inserir a participação efetiva da população idosa como conhecedora do processo de envelhecimento, suas dificuldades no ambiente urbano e o impacto nas suas relações com a cidade.

REFERÊNCIAS

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias. **Percepção e representação da morte nas paisagens arqueológicas de São Cristóvão e Laranjeiras**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2009. 117 f. : il.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005. (coleção Repensando a Geografia). 8ª edição.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (org.) **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- EMÍDIO, Teresa. **Meio ambiente e paisagem**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006 (Série Meio Ambiente, 7)
- DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Lívia de (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- FERNANDES, Julieta Cristina. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia- MG. **Caminhos de Geografia- Revista On-line do programa de Pós-Graduação em Geografia**, ano 02, pg. 31-49, dez/2000.
- FERRARA, Lucrecia D' Alessio. **Olhar periférico**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- IBGE. **Censo demográfico, 2010**.
- IBGE. **Censo demográfico, 2000**
- JEEFERY, Peter. **Remar contra a corrente**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. Tradução Bárbara Theoto Lambert.
- MENDES, Telma de Andrade Bresch, VALSECCHI, Vera Lúcia de Almeida. Armadilhas do espaço urbano. In: **Revista Einstein**, ano 2007, Pg. 99-104.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 2ª edição. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, repensar o pensamento**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1991.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª edição. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2006.
- VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sentimentos da natureza: recorte de práticas do nordeste brasileiro. Encontro Regional de Estudos Geográficos. Aracaju, 2003. In: **Anais...** Aracaju, 2003.